

REINVENÇÃO TERRITORIAL, PÓS-GRADUAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL: ETNOGEOGRAFIA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE

Territorial Reinvention, Post-Graduate Studies, and Social Insertion:
Ethnogeography in the Amapá Region of the Amazon

Heitor Antônio Paladim Júnior

Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIFAP

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6340-9140>

educapjun@gmail.com

Eliane Aparecida Cabral da Silva

Professora no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIFAP

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8526-9863>

lianecabral@unifap.br

Roni Mayer Lomba

Professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIFAP

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6062-6142>

ronimayer@hotmail.com

Artigo recebido em janeiro/2025 e aceito em abril/2025

RESUMO

Neste texto, relatamos e analisamos a experiência de uma palestra (a mesa 06) e uma oficina no VI Fórum Internacional do Semiárido, no período de 19 a 23 de fevereiro de 2024, na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/campus Betânia), em Sobral-CE-CE. Dividimos este texto em duas partes analíticas/interpretativas: “Oficinando” e “Palestrando”. Na oficina, iniciamos com perguntas geradoras e dialógicas, que foram: Como nos identificamos no contexto etnicorracial? Como nos apresentamos em termos étnicos na sociedade brasileira? Ao olharmos uma fotografia antiga, nos identificamos com aquele tempo? Como olhamos para os povos indígenas? Qual o imaginário que temos em relação a eles e elas? Para entrarmos na questão ambiental e ligada ao etnoconhecimento (Etnogeografia propriamente dita), tivemos que estabelecer um diálogo acerca das questões geradoras anteriores. Assim, no “palestrando”, indicamos conceitos relacionados à preocupação ambiental, mas a partir do exemplo de espacialidades já vividas e sugeridas na escolarização de alguns povos indígenas. Comparações de algumas ações dos Movimentos Socioterritoriais do Brasil se fizeram necessárias. Compomos, assim, uma dialogicidade entre a luta camponesa e a questão indígena e étnico-racial. Isso auxiliou para pensarmos em paraquedas multicores diante da “paranoia da queda”, que é uma das dezenas de criaturas-palavras apresentadas por um autor indígena, Ailton Krenak, que nos convida à reflexão e aponta caminhos nas pesquisas que realizamos.

Palavras-chave: Ciência; Informação e Sabedorias; Questão Indígena; Educação Ambiental; Aprendendo e Ensinando Geografia; Diálogos entre Semiárido e Amazônia Amapaense.

ABSTRACT

In this text we report and analyze the experience of a conference (table 06) and a workshop at the VI Semiarid International Forum from February 19 to 23, 2024, at the Vale do Acaraú State University (UVA/ Betânia campus) in Sobral, CE. We divide this text into two analytical/interpretive parts:

“Oficinando” and “Palestrando”. In the workshop we started with generating and dialogical questions that were: How do we identify ourselves in the ethnic-racial context? How do we present ourselves in ethnic terms in Brazilian society? When we look at an old photograph, do we identify with that time? How do we look at indigenous peoples? What imaginary do we have in relation to them? To enter into the environmental issue and linked to ethnoknowledge (Ethnogeography itself) we had to establish a dialogue about the previous generating questions. Thus, in the “lecturer” we indicate concepts related to environmental concerns, but based on the example of spatialities already experienced and suggested in the schooling of some indigenous peoples. Comparisons of some actions of the Socio-Territorial Movements in Brazil were necessary. We thus create a dialogue between the peasant struggle and the indigenous and ethnic-racial issue. This helped us think about multicolored parachutes in the face of the “paranoia of falling”, which is one of the dozens of word-creatures presented by an indigenous author, Ailton Krenak, who invites us to reflect and points out paths in the research we carry out. Resumo em língua inglesa, Times New Roman, tamanho 12, parágrafo justificado e espaçamento simples.

Keywords: Science; Information and Ancestral Wisdom; Indigenous Issues; Environmental Education; Learning and Teaching Geography; Dialogues Between the Semi-arid Region and the Amapaense Amazon.

1. INTRODUÇÃO

Por que nos causa desconforto a sensação de estar caindo? A gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar. Cair, cair, cair. Então, por que estamos grilados agora com a queda? Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos. (Krenak, 2019, p. 63)

O conciso excerto extraído do livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, do autor indígena Ailton Krenak, publicado pela editora Companhia Das Letras, em 2019, aqui é suficiente para introduzir a reflexão acerca da abordagem dialógica e as ponderações sugeridas neste texto. Buscam-se outras possibilidades diante dos limites que o mundo hodierno nos apresenta, além de apresentar alguns paraquedas multicores, seguindo o caminho indicado por Krenak, que nos desafia a ir para além da “paranoia da queda”, uma das dezenas de criaturas-palavras apresentadas pelo autor no livro citado.

Alvitra-se um diálogo que faça uso de outras criaturas-palavras para compreender/dizer sobre geografias e territorialidades indígenas e camponesas. Defende-se um passeio com essas palavras criaturas (e a proposição de novas) para fazer contemporizar vivências, sem representá-las. Reflexões e comparações que supõem o uso de paraquedas multicores, emprestados da cosmologia indígena, sendo essa uma possibilidade de aproximar Ciência Geográfica e Saberes ancestrais.

Esse texto relata e analisa a experiência de realizar a Oficina A Reinvenção dos Territórios: etnogeografia, o Semiárido e a Amazônia, diálogos possíveis e a palestra Os Saberes Da Comunidade e a Educação Ambiental, ministradas no VI Fórum Internacional do Semiárido. As ideias e discussões apresentadas no escrito têm como elemento de reflexão essa vivência e o etnoconhecimento e a Etnogeografia como abordagem teórico-metodológica, o que nos convida a outras reflexões e

contribui significativamente para, no sentido apontado por Krenak, pensarmos em “paraquedas multicores” diante da “paranoia da queda” apontando novos caminhos nas pesquisas que realizamos.

O VI Fórum Internacional do Semiárido ocorreu no período de 19 a 23 de fevereiro de 2024, na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/campus Betânia), sob organização do Grupo de Pesquisa e Extensão do Semiárido, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Teve como temática a movimentação do Conhecimento Científico e os Estudos Interdisciplinares: Geodiversidade, Antropoceno, Etno-ecologia, Etno-pedologia, Etno-geomorfologia, Etnoclimatologia e Biodiversidade.

A Oficina A Reinvenção dos Territórios: Etnogeografia, o Semiárido e a Amazônia, diálogos possíveis, ocorreu na terça-feira, dia 20/02/2024, no período da tarde, com duração de quatro horas. Teve como público educadores, educadoras e estudantes da UVA, e contou com participantes de outras instituições universitárias do Nordeste brasileiro. Já a palestra Os Saberes Da Comunidade e a Educação Ambiental ocorreu na quarta-feira, dia 21/02/2024, também à tarde.

A participação no Seminário e a produção desse ensaio constituem-se também como atividades e ações pesquisantes do estudo de Pós-Doutoramento em Geografia de um dos autores, realizado na Universidade Federal do Amapá, e do Projeto EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA AMAPAENSE: PÓS-GRADUAÇÃO, FORMAÇÃO HUMANA E INSERÇÃO

SOCIAL – com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), edital N. 038/2022 (CAPES) – ao qual os autores e autora estão vinculados. Esse projeto visa apresentar contribuições de Programas de Pós-Graduação em Educação, Letras, Geografia e História (PPGED, PPGLT, PPGE e PPGH), da Universidade Federal do Amapá, para a formação humana qualificada voltada ao atendimento dos povos originários, populações tradicionais e grupos em situação de vulnerabilidade.

Metodologicamente, o texto pode ser definido como relato de experiências. O relato de experiência, por sua vez, é um tipo de produção de conhecimento, que neste texto tratamos a partir de vivência acadêmica, mesclando os pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção. Na construção do estudo, é relevante conter embasamento científico e reflexão crítica (Mussi; Flores; Almeida, 2021). A abordagem teórica e metodológica que orienta e fundamenta as análises são etnoconhecimento e Etnogeografia. O etnoconhecimento é definido por Nascimento (2013) como os saberes e tradições (cultura) passados de geração a geração nas comunidades tradicionais, aprendidos com a vida cotidiana e a interação direta com o meio que os cerca e seus fenômenos naturais. Já a Etnogeografia pode ser entendida de diversas maneiras e usada em pesquisa sobre diferentes aspectos. No decorrer deste texto trataremos uma abordagem sobre as pesquisas e, assim, possíveis definições acerca de Etnogeografia. Os

principais conceitos manejados são os de dialogicidade e sabedoria tradicional. A ideia de dialogicidade abarca o que Freire (2015) apresenta em sua obra sobre Comunicação ou Extensão e dialoga com Santos (2000). Há, assim, a ênfase para uma dialogicidade e para simetrias entre esses dois intelectuais, que propõem diálogos entre teoria e prática, entre espaço e lugar, entre natureza e sociedade, entre ciência e sabedoria. Trata-se, então, de uma tentativa de propor uma confabulação horizontalizada para romper com as relações que, desde a colonização, são feitas de cima para baixo.

A Oficina e a palestra foram as práticas utilizadas que subsidiaram o levantamento das informações/dados para reflexões. As discussões realizadas nessas atividades foram mobilizadas a partir de perguntas geradoras e dialógicas: como nos identificamos no contexto étnico-racial? Como nos apresentamos em termos étnicos na sociedade brasileira? Ao olharmos uma fotografia antiga, nos identificamos com aquele tempo? Como olhamos para os povos indígenas? Qual o imaginário que temos em relação a eles e elas? Como os povos indígenas tratam de seus processos de escolarização? Por quais escolas lutam?

Além da introdução e considerações, este escrito segue organizado em duas partes analíticas/interpretativas, a saber: OFICINANDO, que descreve a oficina: A Reinvenção dos Territórios: Etnogeografia, o Semiárido e a Amazônia, diálogos possíveis; e PALESTRANDO, que trata da Palestra Os Saberes Da Comunidade e a Educação Ambiental. Esta divisão serviu para melhor detalhamento da experiência, conforme observado na sequência.

2. OFICINANDO: PARAQUEDAS COLORIDOS

2.1. Oficina

O significado de oficina está quase sempre associado a espaço de trabalho, mas, também, é possível associar o termo à ideia de conserto e de criação. O trabalho de consertar, criativamente, alguma coisa, ou algo, compreende uma relação de formação. No âmbito de uma atividade intelectual, pode-se escolher em qual escala se quer agir, ou seja, pode-se querer consertar criativamente o mundo, ou o Brasil ou, quem sabe, o viver local.

2.2. Oficina: A Reinvenção dos Territórios - Etnogeografia, o Semiárido e a Amazônia, diálogos possíveis

Como a oficina aconteceu em uma tarde, repartimos o tema em dois eixos: Etnogeografia e territorialidades. Teríamos, antes de tudo, que discutir brevemente sobre nossa condição de educadores: sempre em formação.

No primeiro momento, foi realizada uma dinâmica de apresentação que visou, por um lado, revisitar palavras relacionadas ao conhecimento prévio dos participantes sobre a questão étnico-racial e indígena. E, por outro lado, também proporcionar uma primeira vivência de reflexão sobre o sermos educadores/as. As perguntas geradoras e dialógicas (Como nos identificamos no contexto étnico-racial? Como nos apresentamos em termos étnicos na sociedade brasileira? Ao olharmos uma fotografia antiga, nos identificamos com aquele tempo? Como olhamos para os povos indígenas? Qual o imaginário que temos em relação a eles e elas? Foram lançadas nesse momento da atividade. Os/as participantes foram instigados a falar sobre o tema. Uma vez concluída essa fala sobre o outro, cada participante relatou como o tema adentra em suas vidas e nas preocupações acadêmicas. Tratava-se, assim, de um resgate da memória pessoal e da trajetória de cada um a partir de algo relatado pelo/a outro/a (Falar sobre si).

Cabe chamar a atenção de que essa foi uma das preocupações da oficina: tudo que realizávamos tinha que servir para a reflexão de como estaríamos agindo se a situação fosse outra, se estivéssemos em sala de aula com crianças e jovens.

A vivência foi interessante, pois cada um dos/as participantes pôde apresentar oralmente alguma experiência significativa, resgatando o que consideraram importante em suas trajetórias de educadores/as e/ou de educandos/as. Tivemos um bom momento inicial de comentários sobre lugares, pessoas e relações que contribuíram para toda a oficina. Finalmente, tivemos oportunidade de comentar sobre a importância da memória, seja para atuarmos com o processo de ensino/aprendizagem ou para entendermos como se constituem as relações ligadas ao preconceito e aos estereótipos, condição sem a qual não podemos adentrarmos a Etnogeografia.

Pretendíamos utilizar o método da tempestade mental, no início, e anotar na lousa as diferentes palavras ou frases relacionadas à questão étnico-racial que surgiriam, mas ficamos em roda e mesmo assim várias palavras apareceram. O estudante Francisco Leandro da Costa Soares, do PROPGEIO da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), colaborou muito nesta etapa, pois nos trouxe reflexões acerca da epistemologia da ciência geográfica e uma contribuição sobre PAUL CLAVAL, que concluiu que a Etnogeografia estabelece conexões entre Geografia e Antropologia.

Após uma breve reflexão sobre se essas palavras tinham relação ou não com o que nos propúnhamos a apresentar nas horas seguintes, partimos para discutir sobre motes importantes para nosso agir enquanto educadores: O Etnoconhecimento contribui ou contribuirá de que maneira à salvaguarda dos domínios geomorfoclimáticos? O conceito de Etnoconhecimento e, em nosso caso, a Etnogeografia, pode contribuir no entendimento e na proteção ambiental?

Evidente que somente cada uma dessas questões já daria uma oficina à parte, mas pincelá-las se fez importante para o andamento das discussões que queríamos travar nesse nosso pequeno trajeto.

Trouxemos citações para gerar uma discussão sobre cada uma das perguntas e, após um breve diálogo, lançamos a reflexão contida numa citação do educador Thomas Tadeu da Silva (1998), que nos revela o seguinte:

O conhecimento deixa de ser um campo sujeito à interpretação e à controvérsia para ser simplesmente um campo de transmissão de habilidades e técnicas que sejam relevantes para o funcionamento do capital. O conhecimento deixa de ser uma questão cultural, ética e política para se transformar numa questão simplesmente técnica (Silva, 1998, p. 8-9).

Entendemos que nosso objetivo, a partir do incentivo e da colaboração nesse Fórum, tem nos colocado no papel de resgatar o que o conhecimento vem deixando de ser. A queda que estamos vivendo. “Cair, cair, cair. Então, por que estamos grilados agora com a queda?” Voltamos às palavras que surgiram no início, apontamos as que se relacionam com a resposta a essa questão: ciência, sabedorias, currículo, territórios reinventados, etnoconhecimento.

Apontamos quatro grandes momentos no decorrer da Oficina: o primeiro momento foi a interessante explicação/aula que o Professor Roni Mayer deu sobre SNUC (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) e sobre RESEX, as reservas extrativistas. A participação da mestrande Rejane Maria Lima de Souza foi admirável, pois nos relatou tópicos importantes de sua pesquisa, já com data marcada de defesa. Sua dissertação “A etnogeomorfologia do município de Camocim- Ceará e o ensino de Geografia na educação básica: primeiras aproximações”, orientada pelo professor Dr. José Falcão Sobrinho (UVA-CE), contribuirá muito no fortalecimento do etnoconhecimento e da Etnogeografia.

Precisamos também perceber como pensamos e agimos em relação à ciência com que estamos envolvidos, fundamentando-nos no relacionamento de seis palavras-chave, que consideramos importantes para ensinar/aprender Geografia: Trabalho, Sociedade, Natureza, Tempo, Espaço, Cultura. Como já proferimos antes, a nossa intenção é abordar alguns assuntos pelas bordas e, outros, mais profundamente. Assim, quiçá, possamos abrir portas e sugerir novos questionamentos geradores de mais e mais buscas. Uma primeira crítica que podemos travar sobre essa tentativa de definição foi a falta de preocupação com a questão da escala: demos mais ênfase ao tempo que ao próprio espaço.

Essa é uma situação reveladora, pois sugere que busquemos entender o motivo dessa tendência. Mais uma vez repete-se, surgindo mais dúvidas e assim o conhecimento caminha. O próprio Krenak, ao falar da queda, aborda a palavra espaço, ao sugerir que devemos sair de lugares confinados e abrir rumo aos cosmos. Já quase no encerramento de nossa oficina, a estudante Ana Luiza Marques Sampaio, do sexto período da graduação em Licenciatura da Geografia/UVA, citou uma frase de Paulo Freire que tem muita relação com os objetivos do encontro: “Não há saber mais ou saber menos, existem saberes diferentes”, da obra *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1974).

A partir desse exemplo, poderemos refletir sobre os muitos desafios que a temática indígena engendra nos currículos escolares e nas ações culturais oferecidas a crianças pequenas (desde a primeira infância), adolescentes, jovens e adultos nos municípios de cada participante da oficina. A grande preocupação que nos motivou foi a de dialogar sobre o atual estado de arte da questão indígena (comparado, em alguns momentos dentro da oficina, com a questão agrária) e territorial, seja no seu ensino nas escolas públicas e de como de fato vem acontecendo em nosso país, e, nesta oficina, focando no diálogo entre Amazônia e Semiárido. Necessariamente, nesse diálogo, teríamos que descaracterizar mitos e sentidos comuns construídos pelas mídias (imprensa, etc.) e por explicações assumidas no movimento interno da construção científica.

3. PALESTRANDO: A ARTE DE OFERECER PARAQUEDAS MULTICORES

Palestra: Este evento acadêmico (mas que também já tomou o mundo dos negócios, pois hoje em dia há muitas palestras motivacionais) alimenta os pilares da Universidade Pública no país: ensino, pesquisa e extensão. Este tripé pode ser encontrado ali, na atividade que denominamos Palestra. Palestrar é, assim, a atitude de quem está, através deste evento, aumentando o repertório de quem se encontra na audição da mesma. Para lembrar Freire (2015), num dos seus livros escritos durante o exílio no Chile, comunicar é diferente de estender. A Palestra, sem a possibilidade de participação do público ao final, pode ser percebida como apenas uma atividade de extensão (não que isso, por si só, seja pouco), na qual estender é visto aqui como algo que vem de um pacote (na crítica freiriana, o mesmo se referia ao pacote da Revolução Verde), um *modus operandi* científico e de ensino que não pretende ser questionado, e é do palestrante a palavra inicial e final. Evidente que as palestras hoje em dia comunicam e, cada vez mais, a participação dos ouvintes tem possibilitado que de fato se ampliem repertórios e o tripé se interconecte através dessa atividade. São necessários aplausos ao final da palestra.

3.1. A Palestra: Os Saberes Da Comunidade e a Educação Ambiental

As questões territorial e étnico-racial contidas na Oficina e na Palestra se entrecruzam. Como entendemos essa Questão étnico-racial no que tange aos povos indígenas? Ao iniciarmos os primeiros diálogos sobre essa questão, cabe juntar essa primeira pergunta a algumas outras: Como a questão étnico-racial aparece nas discussões teóricas? Como o seu debate vem sendo implementado na educação formal brasileira? Como as sabedorias indígenas podem adentar o currículo das escolas brasileiras? Essas são perguntas cujas respostas ainda construímos no âmbito do Programa de Pós-

graduação em Geografia da UNIFAP e do Projeto Educação na Amazônia Amapaense: pós-graduação, formação humana e inserção social. Edital N. 038/2022 – CAPES.

O primeiro passo que demos para adentrar ao tema foi o de apresentar a diferença entre as maneiras de conhecimento humano, destacando como ela ocorre aqui no Brasil a partir do apresentado no texto “Informação, Ciência e Sabedoria”, de Emilio Lamo de Espinosa (2006). Este texto foi entregue aos participantes da oficina como subsídio. O texto inicia-se a partir de um poema e isso, por si só, já é muito agradável, e o que nos levou a adotá-lo para a palestra (e para a Oficina também), em específico, é o fato dessas linhas terem relação com muitas questões acerca do conhecimento e do tripé que sustenta a Universidade pública: ensino, pesquisa e extensão. Desde a década de 1980 estudantes de vários campos científicos questionam sobre a redoma em que a Universidade se encontra, por não fazer extensão da maneira como gostariam e pela qual lutavam (A comunicação que Freire (2015) nos convida a refletir). O texto vem de encontro às críticas construídas em educação e várias outras profissões. Esse texto de Lamo de Espinosa é como um encontro das águas, conforme se observa no trecho citado.

Em 1934, em seu poema A rocha, o poeta T. S. Eliot escreve: «invenções sem fim, experimentos sem fim, nos faz conhecer o movimento, mas não a quietude, conhecimento da palavra, mas não do silêncio, das palavras, mas não da Palavra». E continua: “Onde está a sabedoria que perdemos com o conhecimento?” Onde está o conhecimento que perdemos com a informação? Quando certamente vivemos banhados de informações, com conhecimentos crescentes, mas com a mesma sabedoria de três mil anos, sem acaso, não sobra comentar esta profunda intuição. (Lamo de Espinosa, 2006, p. 36)

Lamo de Espinosa argumenta que a informação, o conhecimento Científico e a Sabedoria (no Brasil chamamos de Sabedorias ancestrais) são três modos de conhecimento, mas de alcance e desenvolvimento muito distintos, ou seja, três maneiras diferentes de apreender e comunicar sobre o mundo. Sobre o alcance da ciência (aqui cabe, enquanto necessidade, o plural, ciências), apontamos seus limites e suas possibilidades, desde a bomba atômica de Hiroshima ao fato de aumentarmos o tempo de vida de várias gerações de pessoas do Século XX e a expectativa de muitos seres humanos mediante vacinas, penicilina, etc.

Mas cabe o questionamento sobre a Informação e a Sabedoria e onde as encontramos em nosso viver social aqui e no Brasil. Estas formas de conhecimento também têm gêneses diferenciadas. Perguntamos: qual a temporalidade de cada um desses modos? Estabelecemos um paralelo tanto de tempo como de aspectos da cultura humana no decorrer da história dos diversos povos. É possível, assim, que a Informação, a Ciência e a Sabedoria possam estabelecer diálogos profícuos entre si. Para a informação, numa história abreviada, indicou-se desde o advento da primeira impressora a tinta, passando pela radiodifusão, TV e computador, lembrando das fake news de hoje em dia. Sobre as Sabedorias Ancestrais, destacamos sua importância para um Brasil mais profundo, que vai além dos

ditames da modernização e imposições da Revolução Verde e das propagandas e espacialidades automobilísticas da Modernização Conservadora no Brasil. Aqui, abrimos um adendo sobre a Sociedade do Automóvel ou a Civilização do Automóvel, que está capenga em seus limites intransponíveis e alimenta o contexto de crise social e ecológica.

O consumo é a totalidade virtual de todos os objetos e mensagens que se constituem doravante num discurso que parece cada vez mais coerente. O consumo, pelo fato de possuir um sentido, é uma atividade de manipulação sistemática dos signos (Baudrillard, 1995).

Sobre as Sabedorias no Brasil, reforçamos com exemplos sobre os povos indígenas, os povos tradicionais e as proposições curriculares dos movimentos étnico-raciais, que trazem agendas de diálogos horizontalizados e lutam pelo rompimento da relação vertical – de cima para baixo – que nos assola desde a colonização.

Para isso, destacamos a importância da Etnogeografia e seu papel para impulsionar esse diálogo horizontalizado. Sua importância é estratégica e necessária. Não se trata apenas de disputar narrativas, mas também de ocupar espaços. A autora e pesquisadora Lopes Ribeiro (2021) apresenta uma definição emprestada de James Blaut (1979), na qual a Etnogeografia é o conjunto de todas as crenças geográficas mantidas pelos membros de um grupo. Este grupo pode abranger uma cultura, uma classe, uma profissão, entre outras delimitações. Assim, há uma Etnogeografia específica de cada grupo e os etnogeógrafos estudam as crenças geográficas do grupo.

Lopes Ribeiro (2021) apresenta, ainda, oito Etnogeografias realizadas no século XXI, que se distinguem entre si, mas que se equivalem na densa descrição que apresentam. Assim, em termos de pesquisas a partir desse conceito, temos Martin (2005), que examinou o ensino de Geografia nas séries iniciais. No estudo do grupo de indígenas, Albert e Tourneau (2007) apuraram os padrões espaciais de uso da terra, e Paladim Júnior (2011) investigou a educação escolar e a espacialização e territorialização do povo Xakriabá no norte de Minas Gerais. Henry (2012) fez um estudo das relações entre pastores e paisagens; Heinhold (2016) investigou jovens muçulmanos xiitas; Almeida (2008) apurou as identidades territoriais do sertanejo; Feitosa (2017) estudou cultura e identidade de uma comunidade quilombola; Santos (2019), a partir da cartografia social, indagou sobre a vida ribeirinha.

O estudo sobre educação escolar e espacialização/territorialização impulsiona uma discussão de etnoconhecimento que perpassa a arquitetura material da unidade escolar. Assim, demonstramos como a participação dos povos indígenas no planejamento da construção de edificações agradáveis às crianças rompe com uma escolarização que vem enquanto modelo imposto desde o Urbano e já bastante fixado desde o surgimento das escolas republicanas burguesas europeias. Isso é ecologia, uma vez que se estabelece uma relação entre sociedade e natureza que visa planejar a escola e estender o sentido e a amplitude do termo currículo.

Avaliamos que a Etnogeografia, principalmente no que trata sobre a questão indígena, é uma maneira importante de tratar e resistir às mazelas que o Modo de Produção Capitalista vem causando à humanidade. Daí a importância dos saberes e de propagá-los, ao tratarmos sobre os povos indígenas, destacando essa questão dos valores culturais que o Capitalismo apregoa e impõe. Outra provocação é relacionar os assuntos neste campo étnico ao nosso dia a dia.

Sobre a inversão de valores que o Capitalismo proporciona, destacamos na palestra, que os “pecados capitais” como avareza, orgulho, luxúria, inveja e cobiça são redimensionados e ganham aspectos de virtudes. Um dos participantes remeteu a uma propaganda. E por discorrer sobre TV e meios de comunicação de massa, outro assunto que chamou bastante a atenção foi sobre como os programas de humor que ridicularizam os pobres, as mulheres, os homossexuais, e até novelas que ridicularizaram indígenas.

Aproveitamos a oportunidade para falar sobre o Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, nas décadas de 10 e 20 no Brasil do século XX. Uma história, ligada a uma propaganda, servindo para criar uma maneira de enxergar os camponeses, o meio rural: ditames da modernização e industrialização brasileira. Na década de 40, o autor do conto sobre o Jeca Tatuzinho, Monteiro Lobato, tenta consertar a contribuição pejorativa ao pensamento nacional de considerar o caipira como sujeito atrasado. Entendam, o nome Jeca Tatu é o que se apresenta: sem nome e, ao mesmo tempo, com nome de bicho.

Destacamos a presença indígena pelas contribuições que deram a partir das manifestações culturais, geralmente com o advento do Caipira, juntou-se um forte conteúdo religioso com vários festejos: festas juninas, festa do Divino, e os movimentos que se envolvem com as cavalhadas e bumba-meu-boi.

As relações capitalistas, à medida que avançaram no campo brasileiro, expulsaram as famílias para os centros urbanos (cidades pequenas e médias, próximas também às capitais dos Estados). Mas, também, criaram a possibilidade de que os camponeses fossem em busca de outras terras para poderem trabalhar, como fizeram os posseiros. Dessa forma, o capitalismo cria e recria os camponeses, possibilita dessa maneira uma das características das relações sociais de produção do capital, que é hegemônico no mundo de hoje. Possui um caráter de desenvolvimento desigual e contraditório. Por sua vez, com os povos indígenas – tendo, como exemplo, os Xakriabá – o capital expulsou-os de suas terras, mas para serem mão de obra em grandes cidades.

A questão territorial indígena foi considerada levando em consideração os seguintes conceitos: Territorialização e Espacialização, muito utilizados quanto aos movimentos socioterritoriais. Estabeleceu-se, assim, um diálogo sobre os conceitos de Espacialização e Territorialização e de luta pelo território ancestral. Trata-se de conceitos caros para quem quer entender geograficamente as lutas por direito a territórios. Propôs-se um exercício de junção no que é possível de ser feito entre a

(re) conquista territorial indígena e os lutadores camponeses por acesso à terra. Para um entendimento facilitado, usaram-se os estudos e pesquisas realizadas sobre o Movimento Sem Terra por Bernardo M. Fernandes (1996), que nos aponta que:

O MST, esse sujeito coletivo, se espacializa pela sua prática, por meio da reprodução das suas experiências de luta [...] Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionalismo do espaço de socialização política. É escrever no espaço por intermédio das ações concretas como manifestações, ocupações [...].

Como territorialização, Fernandes (1996) considera também:

[...] o processo de conquista da terra. Cada assentamento conquistado é uma fração do território que passa a ser trabalhado pelos Sem Terra. O assentamento é um território dos Sem-terra [...] se cada assentamento é uma fração do território conquistado, a esse conjunto de conquistas, chamamos de territorialização.

Essa comparação com o MST faz-se necessária para entendermos o uso e o papel dos conceitos. Sim, trata-se aqui de uma transposição, porém sabendo e indicando que há diferenças entre movimento camponês e luta indígena, mas há associações e aproximações possíveis, já que são lutas travadas contra lógicas eurocêntricas de acesso e permanência na terra. O que é Acampamento e Assentamento para os movimentos camponeses de luta pela terra, na questão indígena são Retomadas e Terras Indígenas (TI). Tanto TI como assentamentos são nomes da política pública. Retomadas e acampamentos são nomes das lutas por terra e territórios.

Em termos de escolas nas Terras Indígenas, os/as participantes se surpreenderam com os números: O Brasil possui hoje em dia, segundo o Censo Escolar (que está engatinhando), 3.371 escolas indígenas, que atendem cerca de 195 mil estudantes, distribuídos da educação infantil até o ensino médio. Ainda há muitas conquistas a serem feitas. Mais que números absolutos, que são importantes, temos que pensar em porcentagem, senão vejamos:

Das 178,3 mil escolas de ensino básico, 3.541 (1,9%) estão localizadas em terra indígena - ministram conteúdo específico e diferenciados, de acordo com aspectos etnoculturais - e 3.597 (2%) oferecem educação indígena, por meio das redes de ensino (INEP, 2023)

Esse é um panorama somente do ensino fundamental (como especifica o Artigo 10 da Constituição), com turmas de anos iniciais e de anos finais. Ainda temos muita luta a ser travada na conquista territorial e dentro dos territórios, as escolas.

Mas, voltando ao campo da Informação, apontaram-se alguns acontecimentos que foram pouco tratados pelas informações divulgadas nos meios de comunicação de massa. Educadores precisam buscar mais informações sobre as questões polêmicas. Um dos exemplos de desinformação sobre a construção do povo brasileiro são as guerras camponesas. Mas, por qual motivo citá-las, se estamos comentando sobre povos indígenas?

Apenas para igualarmos como povos indígenas, camponeses, quilombolas, cabanos, etc.: ao fazerem o que entendemos como POVO BRASILEIRO, foram tratados da mesma maneira pelas elites. Importante citar um exemplo de como o exército brasileiro enviou grande contingente de soldados para acabar com as iniciativas dos camponeses: Canudos e Contestado (que continham vários povos indígenas em seu meio, que à época já eram chamados de caboclos, palavra usada para apagar a indianeidade). Hoje em dia uma guerra também acontece, porém, é silenciada pelas mídias, a ação dos latifundiários e suas associações, no que tange à violência (e assassinatos) no campo e nas Terras Indígenas, sejam em assentamentos, acampamentos, retomadas e TI's. Isto é mais evidente desde a morte de Chico Mendes, assassinado por membros da UDR, em 1988, passando por Padre Josimo e tantos outros e outras lutadoras do povo, como no caso de Bruno e Dom Phillips no Vale do Javari.

O Brasil (o povo brasileiro) não para de ser assassinado. Para exemplificar podemos citar que há o dia internacional da água, mas temos também o dia Internacional da Luta pela Terra, o dia internacional da luta dos povos indígenas. Tudo isso serve para lembrar algo que devemos aprender a partir do envolvimento com a Etnogeografia, com as sabedorias que vêm do Brasil profundo: são muitas derrotas e muitos assassinatos. Há de se relembrar, com pesar e luta, o massacre de Eldorado do Carajás no, Pará, onde 22 camponeses foram mortos pela polícia militar daquele Estado, os milhões de mortos nos processos de conquista e colonização, e até mesmo os milhares que sucumbiram na travessia atlântica, provindos, de maneira forçada, do continente africano.

O Brasil vive seu imenso passado, sempre presente. Havemos de lamentar, mas, sobretudo, também temos inúmeros exemplos de resistência.

Ainda prosseguindo com a escolarização, cabe destacar que ao apresentar proposta de interculturalidades, há uma contraposição a práticas pedagógicas monoculturais e hegemônicas: isto combate a imposição e trata-se da busca por direitos. O primeiro de todos os direitos apontados aqui é o acesso à produção científica que pertence à humanidade. Por isso o diálogo é horizontalizado, pois os povos indígenas e demais lutadores/as do Brasil assim o querem.

Ao final da palestra, falou-se da canção de Zé Pinto, um compositor e cantor, ativista do MST, que em 1992 fez uma canção sobre o processo de escolarização organizado pelo setor de educação do movimento. A letra diz que tem que estar fora de moda criança fora da escola e conclama os objetivos dos Sem-Terra no que trata de escolaridade das novas gerações: ter uma escola em cada canto do país, com um novo jeito de educar para ser feliz. Essa canção apresentada remete a pensarmos o campo: não haveria roça e plantio caipira sem a importância indígena. O etnoconhecimento está no cerne da maneira de lidar com a terra no Brasil do interior:

“Amar a terra e nela plantar semente, a gente cultiva ela e ela cultiva a gente” (Caminhos Alternativos - Zé Pinto).

4. FINALMENTES: OS PARAQUEDAS SE ABRIRAM, POR ISSO PLANAMOS...

Assim como começamos com paraquedas coloridos, uma das dezenas de criaturas- palavras (Krenak, 2019), lembramos de muitas outras palavras que capturamos como nossas e dizem respeito às lutas indígenas e do povo brasileiro: BEM VIVER, PACHA MAMA (uma entidade que está na constituição do Equador), AGROECOLOGIA, ETNOAMBIENTALISMO, etc. São introduções a algo que se propõe maior, mas que, por si só, já se fazem grandes.

Ao concluirmos este texto, esperamos ter colaborado para a relação entre a Universidade e a Comunidade no Aprendizado de Geografia, a fim de possibilitar outros espaços. Ficou evidente a importância de pensarmos e discutirmos outros espaços, geralmente os que não nos chegam com tanta facilidade, os espaços e os territórios dos povos indígenas para melhorar a situação da vida do povo em nosso país, e de entendermos e considerarmos a questão ambiental como uma das preocupações do ensino-aprendizagem de Geografia para as crianças e jovens do Brasil. Enquanto educadores, temos que assumir um compromisso social. Este só é possível se entendermos e questionarmos os discursos em torno dos temas relacionados ao Brasil mais profundo.

Na palestra final da Semana de Geografia da USP, o geógrafo Aziz Ab'Saber apresentou um convite para estudarmos e ensinarmos Geografia do (e no), Brasil propondo que tenhamos que levar em conta algumas situações emblemáticas: nosso país é imenso, o que obriga a considerarmos a diversidade comprometida com os Trópicos; quanto ao nível econômico (qual bio e etno economias propomos ao mundo?), visto que somos extremamente desiguais no que tange à sociabilidade nacional, temos um nível alto de injustiça social, somos o mais injusto em distribuição de renda, vivemos em meio a uma cultura multiétnica e temos que relevar o nosso Sincretismo: estamos em fazimento (Ab'Saber em 18 de outubro de 2003). Em suma, para melhor nos fazermos, cabe levar em conta os gestos e dizeres que vêm do campo, dos camponeses organizados, dos povos tradicionais, caiçaras, quilombolas e dos povos originários, os mais de 305 povos indígenas que vivem no que entendemos por território brasileiro. Como nos disse Carlos Walter Porto-Gonçalves, cabe reinventar o Brasil, em busca de um Brasil melhor. Esse foi o convite e a contribuição que essa palestra almejou proporcionar.

É um diálogo entre as atividades e as pesquisas relacionadas ao Programa de pós-doutoramento na Universidade Federal do Amapá junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UNIFAP e do Projeto Educação na Amazônia Amapaense: pós-graduação, formação humana e inserção social (Edital N. 038/2022 – CAPES). Quiçá, este texto proporcione mais atitudes diante das quedas e, também, mais paraquedas. Para isto, convidamos também a assistirem à parte gravada do mesmo, na

qual há a continuidade da MESA 06 (https://www.youtube.com/live/JF438_1k9kc?si=4R9ZTn), com os professores doutores Diógenes Costa (os saberes etnoecológicos e os serviços sistêmicos) e Marco Antônio Rosa de Carvalho (o conhecimento popular e os saberes científicos sobre o clima e o uso da terra), que proporcionam maior aprofundamento sobre o tema: o papel dos etnoconhecimentos no diálogo. Aníbal Quijano nos chama atenção quanto à colonialidade dos saberes, destacando em alguns de seus estudos o lado oculto da modernidade: produzir hierarquias entre povos, o que mantém a América Latina, em especial seus povos originários, como subalternos.

Assim, um pouco dessas vivências através do minicurso/oficina e da palestra no VI Fórum Internacional do Semiárido pode colaborar com o intuito de lançar preocupações em nossa atividade docente e de pesquisa sobre as questões aqui relatadas e analisadas.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. R. R. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. **Cadernos do CEAL**, Salvador, n. 166, 1996.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995. 272p.
- BOGO, A. **Manter a esperança: canções da terra**. São Paulo: MST. ANCA, 1998. 126p.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2000. 416p.
- CUNHA, M. M. L. C. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, n. 75, p. 76-84, 2007.
- ESCOBAR, S. A. **Educação indígena no universo Xakriabá: saberes e lutas na vida e na voz do seu povo**. 2004. 216 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.
- FALCÃO SOBRINHO, J.; SOUZA, C. J. O.; ROSS, J. L. S. (Orgs.). **A natureza e a geografia no ensino das temáticas físico-naturais no território brasileiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. 642p.
- FERNANDES, B. M. Reforma agrária e a modernização no campo: terra livre. **Associação dos Geógrafos Brasileiros: geografia, política e cidadania**, São Paulo, n. 11-12, p. 153-175, 1992/1993.
- FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996. 288p.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 144p.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2015. 127p.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974. 256p.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículos sem Fronteiras**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GRUPIONI, L. D. B.; SILVA, A. L. (Orgs.). **A temática indígena na escola**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. 128p.

HAN, B. C. **Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder**. Barcelona: Herder, 2014. 112p.

INEP. **Educação em terras indígenas: o que diz o Censo Escolar**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/educacao-em-terras-indigenas-o-que-diz-o-censo-escolar>. Acesso em: 12 jan. 2024.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 223p.

KOPENAWA, D; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 768p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 104p.

LAMO DE ESPINOSA, E. **Informação, ciência e sabedoria: informação, ciência e sabedoria**. Agenda Latino Americana. 2006. Disponível em: <http://archivosagenda.org/pt/informaco-cincia-e-sabedoria>. Acesso em: 12 mar. 2024.

LOMBA, R. M.; PORTO, J. L. R. Conflitos na fronteira amazônica: conservação e disputas nas áreas protegidas do Amapá – Brasil. **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, São Paulo, n. 47, 2020.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994. 176p.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

NASCIMENTO, G. C. C. Mestre dos mares: o saber do território, o território do saber na pesca artesanal. In: CANANÉA, F. A. **Sentidos de leitura: sociedade e educação**. João Pessoa: Imprell, 2013. p. 57-68.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. 168p.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1991. 128p.

PALADIM JÚNIOR, H. A. **Etnogeografia: reflexões sobre a educação escolar, a espacialização e a territorialização do povo Xakriabá no norte de Minas Gerais**. 220 f. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PALADIM JÚNIOR, H. A.; CAMPOS, E.; MITIDIERO JÚNIOR, M. A. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Escolas Associadas, 2009. 303p.

- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989. 152p.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Para além da crítica aos paradigmas em crise: diálogo entre diferentes matrizes de racionalidade. In: ENCONTRO IBEROAMERICANO DE EDUCACIÓN AMBIENTAL, 3., 2000, Caracas. **Anais...** Caracas, 2000.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios na América Latina. In: SADER, Emir; JINKINGS, I. (coord.). **Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade** em ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001.
- RIBEIRO, Z. L. Uma abordagem conceitual sobre a etnogeografia: definições, gênese e fundamentos. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 57, p. 39–60, 2021.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 176p.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 136p.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 392p.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994. 176p.
- SILVA, E. Ensino e sociodiversidades indígenas: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. **MNEME: revista de humanidades**, Caicó, v. 15, n. 35, p. 21-37, 2014.
- SILVA, E. Povos indígenas e ensino de história: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula. **História & Ensino**, Londrina, v. 8, p. 45-62, 2022.
- SILVA, T. T. Introdução. In: SILVA, L. H. (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. 456p.
- TERENA, J. M. S. **A biodiversidade do ponto de vista de um índio**. GTAA, 2003.
- VIDAL, L. B.; SILVA, A. L. **Sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material**. Brasília: MEC/Mari/UNESCO, 1995. 295p.